

A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO/NO CAMPO: UMA ANÁLISE CURRICULAR

THE EMERGENCY OF RURAL FINANCIAL EDUCATION: A CURRICULAR ANALYSIS

Lucas Gabriel dos Santos Tolomeotti¹

Rafaela Lopes Caetano²

Línlya Sachs³

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente e comparativamente as ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira em três modalidades do Novo Ensino Médio do estado do Paraná que contemplam a Educação do Campo: escolas do campo; escolas das ilhas; e escolas de assentamento e acampamento. Mais especificamente, os seguintes itens: objetivos, conteúdos e habilidades. Conclui-se que as propostas de educação financeira para escolas do campo e para escolas das ilhas são muito semelhantes; nas escolas do campo e nas escolas das ilhas, a unidade curricular chama-se “Educação Financeira”, enquanto nas escolas de assentamento e acampamento, “Educação Financeira para a Cooperação”; as propostas para as escolas do campo e escolas das ilhas têm abordagem neoliberal e conservadora, enquanto a proposta para as escolas de assentamento e acampamento é crítica, explicitando aproximação com a Educação do Campo, ao contrário das outras duas; e os objetivos e as habilidades das unidades curriculares das escolas do campo e das escolas das ilhas não são coerentes com os conteúdos abordados – estes de viés neoliberal.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Financeira. Novo Ensino Médio. Currículo.

ABSTRACT

This research aims to critically and comparatively analyze the syllabuses of subjects that cover financial education in three modalities of High School in the state of Paraná which includes Rural Education: rural schools; island schools; and settlement and camp schools. Specifically, it focuses on objectives, content and skills. The research concludes that the financial education proposals in rural schools and island schools are highly similar and, in these schools, the curricular unit is named “Financial Education”, while in settlement and camp schools, it is called “Financial Education for Cooperation”; the proposals for rural schools and island schools adopt a neoliberal and conservative approach, whereas the proposal for settlement and camp schools takes a critical stance; the objectives and skills of subjects in rural schools and island schools do not align with the covered content, exhibiting a neoliberal bias.

Keywords: Rural Education. Financial education. High School. Curriculum.

INTRODUÇÃO

A inserção da educação financeira na educação escolar é um processo relativamente recente, que ganha força a partir do século XXI em vários países do mundo (Duvoisin, 2021). No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída em 2010 (Brasil, 2010) e, posteriormente, em 2020, reformulada,

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – lucastolomeotti@alunos.utfpr.edu.br

2 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – rafaelalopes@alunos.utfpr.edu.br

3 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – linlyasachs@yahoo.com.br



com “a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (Brasil, 2020, p. 2).

Especificamente, o estado do Paraná incorporou um componente curricular que trata da educação financeira, em 2021, para cada série do Ensino Médio de todas as escolas da rede pública de ensino estadual (com exceção das escolas indígenas e quilombolas), inclusive escolas situadas em áreas de Reforma Agrária (Paraná, 2020). No ano de 2022, com a implementação do Novo Ensino Médio no estado, o componente passou a ser obrigatório para todos os Itinerários Formativos (IF).

Neste artigo⁴, temos como objetivo analisar criticamente e comparativamente as ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira em três modalidades do Novo Ensino Médio do estado do Paraná que contemplam a Educação do Campo: escolas do campo; escolas das ilhas; e escolas de assentamento e acampamento. Mais especificamente, analisamos os seguintes itens: objetivos, conteúdos e habilidades. Para isso, são usados pressupostos teóricos da Educação do Campo e considerações referentes a currículo e reformas educacionais, de Michael W. Apple.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O NOVO ENSINO MÉDIO

Seguindo uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que criou, em 2008, uma plataforma para incentivar ações voltadas à educação financeira em diversos países do mundo (*International Network of Financial Education*), foi instituída no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. O Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, revogou o documento anterior e instituiu uma nova ENEF.

Desde então, a temática da educação financeira vem sendo inserida nos currículos escolares, ganhando força com a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que indica a incorporação de temáticas como educação para o consumo, educação financeira e educação fiscal, de forma transversal e integradora.

No ano de 2016, foi editada uma medida provisória pelo governo de Michel Temer, transformada em lei em 2017 (Brasil, 2017), aprovando uma Reforma do Ensino Médio, com base em justificativas relacionadas à evasão, à reprovação e ao desinteresse dos estudantes na quantidade excessiva de disciplinas escolares. Os sistemas de ensino teriam o prazo de cinco anos, a partir de março de 2017, para colocar em prática essa reforma, ampliando de forma gradativa a carga horária desse nível de ensino, de 800 horas para 1400 horas anuais.

Na rede estadual de educação do estado do Paraná, o chamado Novo Ensino Médio passou a ser implementado em 2022. Em linhas gerais, a organização curricular se dá por meio de uma Formação Geral Básica (FGB), comum a todos os estudantes, e de Itinerários Formativos (IF), constituído pelos componentes curriculares de Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional, comuns a todos os estudantes⁵, adicionado do IF de aprofundamento, a ser escolhido pelo estudante, ao fim da 1ª série do Ensino Médio (Paraná, 2021). O componente de Educação Financeira passou a ter duas aulas semanais, obrigatoriamente, nas três séries do Novo Ensino Médio, justificando-se da seguinte forma:

4 Este artigo é uma versão ampliada do trabalho apresentado pelos autores no IV Seminário Internacional de Educação do Campo das Águas e das Florestas (Sifedoc), realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Cascavel.

5 Nas propostas, elaboradas posteriormente (nos anos de 2022 e 2023), há algumas diferenças nesses componentes curriculares entre as modalidades de educação. Por exemplo, para a educação escolar indígena, os componentes curriculares são: Projeto de Vida e Economia Comunitária; Laboratório de escrita e produção audiovisual; e Informática Básica e Robótica.



O trabalho com a Educação Financeira é um assunto abrangente e que somente com a mediação do professor e o envolvimento dos estudantes será possível verificar todas as implicações da prática consumista no dia a dia de todos. Essa reflexão é muito importante para despertar junto aos estudantes a motivação necessária na busca dos conhecimentos matemáticos de acordo com a realidade de cada um, estabelecendo um constante diálogo entre a Matemática Financeira e o exercício da cidadania (Paraná, 2022).

Como afirma Duvoisin (2021, p. 193-194), a educação financeira tem, também, uma função ideológica: “naturalizar a centralidade das finanças na vida econômica da sociedade” e “induzir uma determinada ética e padrão de conduta condizente com a lógica financeira à vida individual e familiar”.

No estado do Paraná, isso coincide com o histórico crescente de políticas neoliberais e com o alinhamento político da gestão (2019-2022) de seu governo com instituições financeiras (Mendes; Horn; Rezende, 2020).

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, desde sua concepção enquanto um movimento organizado, no fim dos anos 1990, busca articular as lutas dos trabalhadores rurais, especificamente no combate às injustiças e desigualdades que se fazem presentes na sociedade brasileira, a um projeto de educação. Os movimentos sociais camponeses tiveram e têm protagonismo nesse processo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Munarim, 2008).

Dentre as conquistas históricas no movimento pela Educação do Campo, pode-se ressaltar o Decreto nº 7.352/2010, que estabelece a Educação do Campo como política de Estado e apresenta as especificidades desta modalidade, reconhecendo a diversidade de populações do campo. Molina e Freitas (2011) afirmam sua relevância por ser o

[...] reconhecimento jurídico tanto da universalidade do direito à educação quanto da obrigatoriedade do Estado em promover intervenções que atentem para as especificidades necessárias ao cumprimento e garantia dessa universalidade. Essa legitimação é importante instrumento de pressão e negociação junto aos poderes públicos, especialmente nas instâncias municipais, geralmente mais refratárias à presença e ao protagonismo dos movimentos sociais do campo nas ações de escolarização formal, sendo também relevante força material para a ampliação das experiências inovadoras em curso (p. 22).

Contudo, como afirma Caldart (2009), as políticas públicas e as proposições da Educação do Campo, advindas dos movimentos sociais, coexistem de maneira contraditória. Isso se vê com

[...] a tendência crescente (e compreensível pela lógica da sociedade em que ainda vivemos) de fortalecer na discussão e implementação (precária) da política pública de Educação do campo a lógica do sistema em geral, pressionando pelo esvaziamento do seu conteúdo emancipatório originário e pela ampliação da dimensão regulatória, buscando de todo modo enquadrar na ordem dada demandas que são da “contraordem” (Caldart, 2009, p. 56).



Especificamente no estado do Paraná, foram lançadas, em 2006, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (Paraná, 2006), que trazem alternativas metodológicas para as escolas do campo. Em 2008 e 2009, foram publicados os Cadernos Temáticos, com uma edição especial para a Educação do Campo (Paraná, 2008, 2009), que objetivavam, respectivamente, “subsidiar a prática educacional prioritariamente no âmbito das escolas da Rede Pública de Ensino” (Paraná, 2008, p. 5) e compartilhar experiências pedagógicas realizadas em escolas do campo no estado.

Com importante atuação no estado, o Setor de Educação do MST do Paraná, ao longo dos anos, tem elaborado propostas educacionais específicas para escolas do campo – principalmente para aquelas situadas em áreas de Reforma Agrária (acampamentos e assentamentos). A princípio, essas propostas tiveram como referência central os temas geradores, de Paulo Freire. Sem abandonar completamente a base freiriana, entre os anos de 2010 e 2012, foi realizada, de maneira coletiva, uma nova proposição, tendo como base os complexos de estudo⁶, inspirada na experiência soviética da década de 1920.

É importante pontuar que a implementação dessas propostas educacionais ocorre em condições pouco favoráveis para seu êxito, já que a educação pública do estado do Paraná tem sido marcada, nos últimos anos, pela precariedade na contratação de professores e diversas limitações curriculares (Sachs; Ferraiol, 2022), além da atuação empresarial na política educacional (Farias, 2022).

CURRÍCULO E REFORMAS EDUCACIONAIS

O currículo abrange o conjunto de conhecimentos, habilidades, competências e práticas selecionados e que norteiam o trabalho nas escolas – o que, para Apple (2006), não ocorre de maneira neutra, mas de forma intencional. Em geral, o currículo atende a interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Ainda segundo o autor,

[...] os interesses sociais e econômicos que serviram como o fundamento sobre o qual a maior parte dos elaboradores de currículos agia não eram neutros; nem eram aleatórios. Eles incorporavam compromissos para com determinadas estruturas econômicas e políticas educacionais, as quais, quando postas em prática, contribuíam para a desigualdade (Apple, 2006, p. 103).

O currículo pode ser entendido, então, como um instrumento de controle social e econômico, que reflete as relações de poder existentes na sociedade.

Reformas como a do Ensino Médio, instaurada no Brasil, podem ser reflexos de iniciativas políticas neoliberais que visam a “criação de relações cada vez mais próximas entre a educação e a economia” ou, ainda, “na inserção das escolas no mercado” (Apple, 2002). Essa política de mercantilização, característica do neoliberalismo, vem sendo empregada nos currículos e reformas educacionais, muitas vezes de maneira sutil, com promessas de melhorias e inovação.

As instituições de ensino, assim como os conhecimentos ensinados, não possuem caráter neutro. Apple (2006) destaca essa posição:

⁶ Complexo é uma unidade curricular do plano de estudos, multifacetada, que eleva a compreensão do estudante a partir de sua exercitação em uma porção da realidade plena de significações para ele. É uma exercitação teórico-prática que acontece na realidade existente no mundo do estudante, vivenciada regularmente por ele em sua materialidade cotidiana e que agora precisa ter sua compreensão teórica elevada (MST, 2013, p. 31).



[...] o conhecimento agora presente nas escolas já é uma escolha feita a partir de um universo muito maior de conhecimento e princípios sociais disponíveis. É uma forma de capital cultural que vem de alguma parte, que freqüentemente reflete as perspectivas e crenças de segmentos poderosos de nossa coletividade social (Apple, 2006, p. 42).

Desse modo, tanto os currículos quanto as reformas educacionais são pensados e organizados de modo a atender aos desejos e objetivos de classes dominantes da sociedade, muitas vezes desconsiderando as particularidades e necessidades de certas comunidades e grupos específicos. É justamente esse o nosso interesse aqui: realizar uma análise crítica da inserção da educação financeira, enquanto unidade curricular, nas modalidades destinadas à Educação do Campo, com a Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná.

Muitas contradições são evidentes quando se analisam propostas de reformas educacionais, sistematizadas por lideranças direitistas com viés neoliberal e conservador – como é o caso aqui analisado. Diante desse cenário, Apple (2015) destaca a importância da resiliência e da luta frente a essas reformas e ataques ideológicos nas instituições de ensino:

[...] a postura, muitas vezes e em grande parte retórica, dos discursos da pedagogia crítica precisa vir a enfrentar as condições ideológicas e materiais de mudança. A pedagogia crítica não pode e não irá ocorrer no vazio. A menos que enfrentemos honestamente essas transformações profundas direitistas e pensemos taticamente sobre elas, teremos pouco efeito, quer na criação de um bom-senso contra-hegemônico, quer na construção de uma aliança contra-hegemônica (Apple, 2015, p. 637).

Percebe-se a eminente urgência de um posicionamento e reivindicação, de modo a confrontar as ideias impostas na forma de currículos e de reformas educacionais. Os desafios relacionados a mercantilização, padronização e liderança dos grupos dominantes na educação não podem ser ignorados, “em vez disso, precisam ser confrontados com honestidade e autocrítica” (Apple, 2014, p. 637).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa documental, cujo objetivo está em analisar documentos que ainda não passaram por tratamento científico (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Em uma primeira etapa, foram selecionados os documentos que compuseram o corpus. No caso, foram as ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira em três modalidades do Novo Ensino Médio do estado do Paraná: Educação do Campo – Escolas do Campo (Paraná, 2023a); Educação do Campo – Escolas de Assentamento e Acampamento (Paraná, 2023b); e Educação do Campo – Escolas das Ilhas (Paraná, 2023c).

Na sequência, foi realizada a análise documental desse material. Como afirmam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10),

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência.



Objetivamos analisar criticamente e comparativamente as ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira nos três documentos que compõem o corpus: “Educação Financeira”, nas escolas do campo (Paraná, 2023a); “Educação Financeira para a Cooperação”, nas escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b); e “Educação Financeira”, nas escolas das ilhas (Paraná, 2023c). Mais especificamente, analisamos os seguintes itens: objetivos, conteúdos e habilidades.

Para isso, utilizamos do recurso de quadros, que possibilitam a comparação entre as ementas das três unidades curriculares. Também, valemo-nos da fundamentação teórica adotada para a análise crítica.

ANÁLISES

Na análise das ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira em três modalidades do Novo Ensino Médio do estado do Paraná que contemplam a Educação do Campo, um primeiro destaque que fazemos se refere aos nomes dados às unidades curriculares. Tanto no caso das escolas do campo (Paraná, 2023a), quanto das escolas das ilhas (Paraná, 2023c), a unidade curricular chama-se “Educação Financeira”; já no caso das escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b), chama-se “Educação Financeira para a Cooperação”. Vê-se aí um marcador de diferença estabelecido por estas últimas, com destaque para a “cooperação” – termo pouco associado à educação financeira, de maneira geral.

Apresentamos, no Quadro 1, os objetivos de cada unidade curricular⁷, com alguns trechos em destaque, que se relacionam com os objetivos desta pesquisa, para posterior discussão de alguns deles:

Quadro 1 – Objetivos das unidades curriculares

	Escolas do Campo	Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
Unidade curricular	Educação Financeira	Educação Financeira	Educação Financeira para a Cooperação

7 Consideramos, para a construção do Quadro 1, não apenas o que consta na seção “Objetivos” dos documentos, mas, também, em outras seções, desde que explicitem os objetivos da unidade curricular.



<p>Objetivos</p> <p>A Educação Financeira, na parte flexível do currículo, visa aprofundar e ampliar os conhecimentos dos estudantes, <i>sejam eles residentes em comunidades do campo ou em áreas urbanas, preparando-os para prosseguir com seus estudos, exercer de forma crítica e sustentável sua cidadania e resolver problemas da vida cotidiana e de suas atividades voltadas à produção agropecuária.</i></p> <p>[...]</p> <p><i>O estudante campesino é, como os demais estudantes, o protagonista da construção da sua aprendizagem e, já há muito tempo, não mais um mero ouvinte, como num repositório de conteúdo, trazendo, para o contexto escolar, conhecimentos, valores e tradições culturais que devem ser respeitados e valorizados.</i> Espera-se que ele possa desenvolver uma participação ativa na construção do conhecimento, pois hoje, na escola, é necessário fazer com que os estudantes adquiram, somados aos conhecimentos teóricos, às práticas para que possam atuar e transformar o mundo onde vivem, a comunidade a que pertencem, buscando sempre uma vida digna na qual, como cidadãos, possam, de fato, exercer seus direitos e, em contrapartida, cumprir com seus deveres, contribuindo assim para a construção de um mundo mais justo.</p> <p>Esta perspectiva da formação integral do estudante requer considerar as demandas e as necessidades do mundo contemporâneo e, por meio da Educação Financeira, é possível também, a partir de saberes desenvolvidos, <i>estimular a busca por soluções criativas para temas do cotidiano agropecuário.</i></p> <p>[...]</p> <p>Espera-se que a Educação Financeira,</p>	<p>A Educação Financeira, na parte flexível do Currículo, visa aprofundar e ampliar os conhecimentos dos estudantes, <i>sejam eles residentes em comunidades ilhéus ou em áreas urbanas, preparando-os para prosseguir com seus estudos, exercer de forma crítica e sustentável sua cidadania e resolver problemas da vida cotidiana.</i></p> <p>[...]</p> <p>A economia caiçara, tradicionalmente, é resultante da combinação da agricultura de subsistência e pesca artesanal. Além disso, pescadores e artesãos comercializam seus produtos individualmente, como por meio de cooperativas e associações. <i>Por estarem habituados ao desenvolvimento de uma economia solidária e cooperativa, faz -se necessário uma educação financeira, para que estabeleça uma relação sadia com as finanças, de modo que conheçam e se utilizam de conhecimentos e informações sobre os processos de planejamento financeiro, oportunizando melhoria da utilização do dinheiro, tanto na vida pessoal, quanto da comunidade e das cooperativas/associações locais.</i></p> <p>É importante ressaltar que <i>a educação financeira pensada para os estudantes das ilhas não deverá ensinar somente sobre a relação que se deve ter com o dinheiro, mas também trazer conhecimentos que possibilitem aos jovens das diversas comunidades das ilhas a, futuramente, tomarem decisões que impulsionam o seu desenvolvimento pessoal, bem como o das cooperativas locais, pautados, também, no conhecimento das práticas cooperativas desenvolvidas historicamente pelas comunidades tradicionais</i></p> <p>[...]</p> <p>Espera-se que a Educação Financeira, sendo viabilizada de forma intencional no espaço escolar, contribua com a construção das competências necessárias para que <i>os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, além dos seus próprios,</i></p>	<p>A Educação Financeira não se resume apenas às habilidades de calcular, criar tabelas e projeções envolvendo números, porcentagens, juros etc. Ela proporciona uma reflexão crítica acerca do desenvolvimento histórico de conceitos econômico-financeiros, visando um estudo da realidade econômica, se apropriando de conhecimentos matemáticos, financeiros e históricos, que contribuam para a <i>compreensão do mundo, como os conflitos e contradições na produção de alimentos do campo, além da luta pela Reforma Agrária como condicionante para a garantia da soberania alimentar.</i></p> <p>[...]</p> <p>As Unidades Curriculares estão organizadas em duas seções temáticas, sendo uma para cada semestre. A Unidade Curricular de Educação Financeira para a Cooperação I, na 1.ª Série do Ensino Médio, tem como seções temáticas:</p> <p>1º Semestre: Conhecendo as origens do dinheiro, crédito e lucro: trazer, a princípio, uma análise sobre o teor da Educação Financeira, a origem e desenvolvimento de conceitos como dinheiro, mercadoria, lucro e crédito, propiciando uma perspectiva histórica e crítica sobre as bases do sistema capitalista.</p> <p>2º Semestre: Decorrências do crédito no campo: <i>adentrar no modo como é a distribuição de crédito no campo, endividamento e processos de produção de alimentos no campo, possibilitando paralelos entre sistemas de produção de alimentos e a potencialidade do uso do crédito nessa produção de alimentos.</i></p> <p>A Unidade Curricular Educação Financeira para a Cooperação II, na 2.ª Série do Ensino Médio, tem como seções temáticas:</p> <p>1º Semestre: Noções básicas de Economia: investigar conceitos que tangenciam todas as economias, buscando apresentar contrapontos de várias formas de mercado, em uma perspectiva histórica; compreender as principais críticas do sistema capitalista.</p>
---	---	---



<p>Objetivos</p>	<p>sendo viabilizada de forma intencional no espaço escolar, contribua com a construção das competências necessárias para que <i>os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade local/regional/nacional, bem como internacional, além dos seus próprios</i>, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania.</p> <p>O trabalho com a Educação Financeira na escola deve priorizar um ensino que busque um olhar interdisciplinar</p> <p>estabelecendo inter-relações com os conceitos e práticas, ampliando as diversas abordagens dos conteúdos, levando-se em conta a ampla dimensão do conhecimento com relação com o contexto do mundo real. Além de estabelecer conexão entre objetos do conhecimento e o contexto do dia a dia do estudante, busca-se também desenvolver capacidades decisórias para suprir os interesses e perspectivas em relação ao seu projeto de vida, seja ele pessoal ou coletivo, bem como uma postura consciente em relação às questões financeiras pessoais ou da propriedade rural, auxiliando-o na sua administração.</p>	<p>Espera-se que a Educação Financeira, sendo viabilizada de forma intencional no espaço escolar, contribua com a construção das competências necessárias para que <i>os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, além dos seus próprios</i>, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania.</p> <p>O trabalho com a Educação Financeira na escola deve priorizar um ensino que busque um olhar interdisciplinar, estabelecendo inter-relações com os conceitos e práticas, ampliando as diversas abordagens dos conteúdos, levando-se em conta a ampla dimensão do conhecimento e sua relação com o contexto do mundo real. Além de estabelecer conexão entre objetos do conhecimento e o contexto do dia a dia do estudante, busca-se também desenvolver capacidades decisórias para suprir os interesses e perspectivas em relação ao seu projeto de vida, bem como uma postura consciente em relação às questões financeiras.</p>	<p>2º Semestre: Introdução à economia brasileira: compreender as contradições presentes na economia brasileira e seu sistema financeiro, além de investigar o sistema tributário brasileiro, buscando compreender os impostos sobre renda e serviços.</p> <p>A Unidade Curricular Educação Financeira para a Cooperação III, na 3.ª Série do Ensino Médio, tem como seções temáticas:</p> <p>1º Semestre: Entendendo a economia brasileira e possibilidades de investimentos: compreender a construção de indicadores econômicos, realizando a análise crítica de tais indicadores e compreender as disputas de narrativas nos encaminhamentos econômicos do governo federal brasileiro. Investigar formas de investimentos no mercado financeiro.</p> <p>2º Semestre: Investigando as formas de trabalho: investigar as formas de trabalho no campo e na cidade ao decorrer da história, tal como os direitos trabalhistas e compreender historicamente o papel e as relações do sujeito “empreendedor”.</p> <p>Relacionar a precarização do trabalho com o conceito aplicado de empreendedor crescente dentro e fora da sociedade brasileira. Por fim, <i>compreender as formas de trabalho coletivo, investigando formas de cooperação dentro de movimentos sociais.</i></p>
-------------------------	---	--	---

Fonte: Adaptado de Paraná (2023a, 2023b, 2023c).

Na ementa de “Educação Financeira” das escolas do campo, consta uma referência ao “[...] estudante camponês [...] não [ser] mais um mero ouvinte, como num repositório de conteúdo, trazendo, para o contexto escolar, conhecimentos, valores e tradições culturais que devem ser respeitados e valorizados” (Paraná, 2023a, p. 13). Além dessa suposta valorização dos conhecimentos próprios, há uma indicação de que a educação financeira deve auxiliar os estudantes para “[...] exercer de forma crítica e sustentável sua cidadania e resolver problemas da vida cotidiana e de suas atividades voltadas à produção agropecuária” (p. 12), assim como desenvolver uma “[...] postura consciente em relação às questões financeiras pessoais ou da propriedade rural, auxiliando-o na sua administração” (p. 14).

Já na ementa de “Educação Financeira” das escolas das ilhas, ao apresentar os objetivos da unidade curricular, é feita uma contextualização sobre a economia caçara, que “[...] tradicionalmente, é resultante da combinação da agricultura de subsistência e pesca artesanal. Além disso, pescadores e artesãos comercializam seus produtos individualmente, como por meio de cooperativas e associações” (Paraná, 2023c, p. 31). Assim, a educação financeira apresenta-se associada ao “desenvolvimento de uma economia solidária e cooperativa” (p. 31). Ainda,



É importante ressaltar que a educação financeira pensada para os estudantes das ilhas não deverá ensinar somente sobre a relação que se deve ter com o dinheiro, mas também trazer conhecimentos que possibilitem aos jovens das diversas comunidades das ilhas a, futuramente, tomarem decisões que impulsionam o seu desenvolvimento pessoal, bem como o das cooperativas locais, pautados, também, no conhecimento das práticas cooperativas desenvolvidas historicamente pelas comunidades tradicionais (Paraná, 2023c, p. 31).

Nas ementas de “Educação Financeira” das escolas do campo e das escolas das ilhas, constam, de maneira bem semelhante, que se espera que ela

[...] contribua com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade local/regional/nacional, bem como internacional, além dos seus próprios, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania (Paraná, 2023a, p. 14).

Tal enfrentamento, porém, não corrobora com os conteúdos presentes nas ementas⁸. Por exemplo, dentre os que são listados para a 1ª série do Ensino Médio das escolas do campo e das escolas das ilhas, estão “Aumentando a minha renda (receitas variáveis)” e “Análise de gastos (para onde está indo o meu dinheiro)” (Paraná, 2023a, 2023c). Nesses casos, assim como em diversos outros, não são abordadas as razões estruturais para que tais desafios estejam tão presentes na sociedade, como as desigualdades sociais, os baixos salários ou os níveis de desemprego.

De modo geral, as seções iniciais (introdução e objetivos) das unidades curriculares de “Educação Financeira” das escolas do campo e das escolas das ilhas são bastante parecidas. Por sua vez, a unidade curricular “Educação Financeira para a Cooperação” das escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b) apresenta outra organização do texto, inclusive delimitando os objetivos para cada série do Novo Ensino Médio. Assim, a relação entre os objetivos e os conteúdos é mais clara.

A unidade curricular “Educação Financeira para a Cooperação” se propõe a contribuir “para a compreensão do mundo, como os conflitos e contradições na produção de alimentos do campo, além da luta

pela Reforma Agrária como condicionante para a garantia da soberania alimentar” (Paraná, 2023b, p. 48).

Um dos objetivos apresentados para a 1ª série do Ensino Médio é: “adentrar no modo como é a distribuição de crédito no campo, endividamento e processos de produção de alimentos no campo, possibilitando paralelos entre sistemas de produção de alimentos e a potencialidade do uso do crédito nessa produção de alimentos” (Paraná, 2023b, p. 49-50) – que se relaciona diretamente com os conteúdos “Possibilidades de produção de alimentos com e sem o crédito” e “Relação entre crédito, juros e endividamento no campo” (Paraná, 2023b).

Outro objetivo, este para a 3ª série do Ensino Médio, é “compreender as formas de trabalho coletivo, investigando formas de cooperação dentro de movimentos sociais” (Paraná, 2023b, p. 50-51). Claramente, ele se relaciona com os conteúdos “O conceito de cooperativismo”, “Cooperativismo no MST” e “Organização financeira coletiva” (Paraná, 2023b).

Concluimos que, diferentemente do documento referente às escolas de assentamento e acampamento, nos casos das escolas do campo e das escolas das ilhas, vê-se um distanciamento dos objetivos apresentados e dos conteúdos listados para serem abordados em sala de aula.



Apresentamos, no Quadro 2, a listagem dos conteúdos abordados nessas unidades curriculares, separados por série. Destacamos que os conteúdos da unidade curricular “Educação Financeira” das escolas do campo (Paraná, 2023a) são exatamente os mesmos que da unidade curricular “Educação Financeira” das escolas das ilhas (Paraná, 2023c). Por essa razão, não faremos distinção entre os materiais dessas modalidades, para a análise dos conteúdos.

Quadro 2 – Conteúdos das unidades curriculares

		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	Unidade curricular	Educação Financeira	Educação Financeira para a Cooperação



		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	1ª série do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• A importância da Educação Financeira e suas aplicações.• Diferentes fontes de renda.• Receitas (fixas).• Aumentando a minha renda (receitas variáveis).• Despesas.• Despesas fixas e variáveis.• Análise de gastos (para onde está indo o meu dinheiro).• Relação receitas e despesas.• Gestão Financeira (planilhas e listas).• Orçamento individual.• Orçamento familiar de propriedade rural• “Enxugando” as despesas.• Provisões: preparando-se para imprevistos.• Pagar à vista ou a prazo?• Ativos e Passivos. Investimentos.• Tipos de investimentos.• Risco e retorno.• Como reverter impostos (Nota Paraná).• Poupança.• Taxas de captação.• O endividamento.• Como sair do endividamento?• Empréstimo.• Financiamento rural.• Negociando as dívidas.• Diferentes formas de empréstimos (pessoal, bancário e empresas).• Taxas de juros.• Uso do crédito.• Produtos bancários.• Serviço de Proteção ao Crédito.• Perfil empreendedor.• Agregando valor a um produto agropecuário• Plano de negócio agropecuário.• Aquisição de um bem.• Financiamento: quando fazer?• Viagem em família.	<ul style="list-style-type: none">• Noções gerais de economia e economia na história.• Desenvolvimento dos processos de produção no campo e as formas de aferição de renda.• Gestão e economia dos movimentos sociais no campo e a base econômica da comunidade.• Trabalho, trocas, emprego e relações comunitárias.• Modelos de atuação dos Estados-nações e sua influência na economia política.• A concepção da natureza na sociedade capitalista e seus impactos socioambientais.• Relações entre trabalho, produção e uso da natureza.• Introdução ao sistema financeiro no Brasil. Impostos Federais, Estaduais e Municipais.• Impostos sobre renda, serviço, mercadoria e herança.



		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	2ª série do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Por que a educação financeira na escola? (retomada).• A história do dinheiro no Brasil.• A história da inflação.• O Real.• A inflação e o poder de compra.• As principais moedas dos outros países.• Câmbio e conversão.• Taxas de Câmbio.• Exportação e importação: o que influencia na minha vida financeira.• Compras no exterior (sites)• Noções de tributação brasileira.• Destinação de tributos.• Recolhimento de tributos (nota fiscal).• Tributação do produtor rural (IRPF, Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido (Pessoa jurídica), ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, FUNRURAL, ICMS).• Bens e serviços públicos essenciais.• Gestão pública (presidente, governador, prefeito e legislativo).• Orçamento público.• Acompanhando as contas públicas.• Corrupção e suas consequências.• Canais de denúncia.• Corrupto, eu?• Balança Comercial.• Mercado Nacional e as principais características.• Importação e exportação nacional.• Déficit e Superávit.• O reflexo da economia na vida cotidiana.• Crise Financeira: o que muda para mim? (inflação).• Valorização dos produtos nacionais.• Importação e impacto na economia.• A importância da agropecuária brasileira para a balança comercial• Relações internacionais: o que a economia dos outros influencia aqui.	<ul style="list-style-type: none">• Noções gerais de economia e economia na história.• Desenvolvimento dos processos de produção no campo e as formas de aferição de renda.• Gestão e economia dos movimentos sociais no campo e a base econômica da comunidade.• Trabalho, trocas, emprego e relações comunitárias.• Modelos de atuação dos Estados-nações e sua influência na economia política.• A concepção da natureza na sociedade capitalista e seus impactos socioambientais.• Relações entre trabalho, produção e uso da natureza.• Introdução ao sistema financeiro no Brasil. Impostos Federais, Estaduais e Municipais.• Impostos sobre renda, serviço, mercadoria e herança.



		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	2ª série do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Análise fundamentalista das ações de uma empresa.• Fundos de Investimento.• Taxa mínima de atratividade.• Custo de capital e custo de oportunidade.• Investindo em imóveis.• Investimento na agropecuária Blockchain e criptomoedas.• Mercado cripto.• Negociação x volatilidade de criptomoe-das.	



		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	3ª série do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Retomada da importância da educação financeira (nivelamento).• Gerenciamento de receitas e despesas.• Relação receitas x despesas – o uso de planilhas.• Orçamento superavitário ou deficitário.• Comprando um bem: carro, casa, propriedade rural.• Crédito rural.• O agronegócio.• Profissões do futuro.• Projeto de vida: o que eu quero para minha vida?• Um emprego x meu sonho.• Estilo de vida x emprego.• Possibilidades de estágio.• Currículo.• Entrevista de emprego (dicas e simulações).• Carteira de trabalho. Meu primeiro salário: entendendo os cálculos e os descontos.• Salário-mínimo.• Imposto de renda.• Previdência Social e Previdência privada.• Desvendando a aposentadoria.• Reforma da previdência.• FGTS.• Demissão.• Desenvolvendo habilidades para superar o desemprego.• Aperfeiçoamento profissional.• Jogos empresariais.• O sonho da universidade.• Negócio próprio.• Perfil empreendedor.• Atribuições do empreendedor.• Empreendedorismo e Intraempreendedorismo.• Aperfeiçoamento de competências e habilidades do empreendedor (SEBRAE).• Planejamento.	<ul style="list-style-type: none">• Disputa nas narrativas da austeridade fiscal no Brasil.• O sistema previdenciário brasileiro.• Causas e modo de controle da inflação.• Formas e planejamento de investimentos no mercado financeiro brasileiro.• Financiamentos populares.• Formas de trabalho na cidade e no campo• Trajetória dos direitos trabalhistas no campo e na cidade• Trajetória histórica do empreendedorismo• Precarização do trabalho: relação do empreendedorismo e precarização do trabalho• Agricultor familiar ou empreendedor rural?• O conceito de cooperativismo.• Cooperativismo no MST.• Organização financeira coletiva.



		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	3ª série do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">• Execução.• Recursos.• Manutenção.• Retomada do empreendedorismo com foco no cooperativismo.• As cooperativas.• Cooperativa de crédito e instituições bancárias.• Cooperativas de produção.• Associativismo.• Estrutura e organização.• O que é economia?• Economia Brasileira e o valor agregado em commodities.• Gestão econômica.• Gestão de investimentos.• Gestão de riscos	

Fonte: Adaptado de Paraná (2023a, 2023b, 2023c).

Nos conteúdos apresentados para essas modalidades, percebe-se uma diferença entre as posições ideológicas que são base para a construção dos currículos, como assevera Apple (2006).

Tomemos como exemplo alguns conteúdos da 3ª série do Ensino Médio, relacionados ao conceito de empreendedorismo: nos documentos referentes à unidade curricular “Educação Financeira” das escolas do campo (2023a) e das escolas das ilhas (2023c), constam: negócio próprio; perfil empreendedor; atribuições do empreendedor; empreendedorismo e intraempreendedorismo; e aperfeiçoamento de competências e habilidades do empreendedor (SEBRAE). Já no documento curricular de “Educação Financeira para a Cooperação” das escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b), os conteúdos são: trajetória histórica do empreendedorismo; precarização do trabalho: relação do empreendedorismo e precarização do trabalho; e agricultor familiar ou empreendedor rural?

Nesse caso, fica clara a distância entre duas lógicas nos modos de produção agrícola, como afirmam Molina e Freitas (2011): por um lado, a agricultura camponesa e, por outro, a agricultura voltada para o negócio – ou, em outras palavras, o agronegócio. O que chama a atenção é que todos os documentos aqui analisados (Paraná, 2023a, 2023b, 2023c) são específicos para a Educação do Campo, que, em sua origem e proposição, se contrapõe “[...] ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil [...]” (Molina; Freitas, 2011, p. 19).

Como pontuam Mendes, Horn e Rezende (2020), na lógica da gestão do governo do estado do Paraná, “[...] a cidadania deve basear-se na concepção universalizante dos direitos humanos, mas fundamentada nas orientações individuais caracterizadas pelo reconhecimento social e no valor individual empreendedor” (Mendes; Horn; Rezende, 2020, p. 9).

Também, é possível notar no Quadro 2, nos documentos referentes a escolas do campo (2023a) e escolas das ilhas (2023c), a não centralidade de uma perspectiva histórica na educação financeira. Apenas os



seguintes conteúdos da 2ª série do Ensino Médio possuem essa perspectiva: a história do dinheiro no Brasil; e a história da inflação. Muito diferente disso é a abordagem do documento das escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b), em que temas centrais são tratados com viés histórico: diferentes sistemas econômicos; relação histórica entre Estado e crédito; trajetória histórica do empreendedorismo; e trajetória dos direitos trabalhistas no campo e na cidade.

A abordagem histórica permite que as relações constituídas no capitalismo e abordadas na educação financeira sejam analisadas de modo conjuntural. A suposta naturalidade do capitalismo, como um sistema de produção existente desde sempre e para sempre, o único e o melhor possível, mascara sua historicidade e a possibilidade de superação.

Nos temas específicos abordados no documento referente a escolas do campo e escolas das ilhas sob um viés histórico, o dinheiro no Brasil e a inflação, não se coloca em questão tal naturalidade. A inflação, por exemplo, pode ser abordada como uma exceção à suposta estabilidade do sistema capitalista – que, em um pensamento neoliberal, pode ser vista como consequência de políticas públicas que onerem demais o Estado. Já os temas abordados no documento referente a escolas de assentamento e acampamento, sistemas econômicos, relação entre Estado e crédito e trajetória dos direitos trabalhistas, são centrais para a compreensão do capitalismo como um constructo de um determinado tempo.

Há uma clara incoerência entre a proposta da Educação do Campo e o currículo para escolas do campo e escolas das ilhas: por um lado, a Educação do Campo, que se coloca como um projeto de transformação da sociedade; e, por outro, o currículo que se estabelece como mantenedor do status quo. Como afirma Apple (2006), os segmentos dominantes da coletividade social determinam quais são os conhecimentos que devem estar presentes nas escolas – e, como vemos, isso se aplica, também, às escolas do campo e das ilhas.

Indo além, os temas crédito, empréstimo e financiamento aparecem nas ementas da 1ª série do Ensino Médio dos três documentos curriculares, porém de modo bastante diferente.

Na unidade curricular Educação Financeira das escolas do campo e escolas das ilhas, estão presentes elementos que contribuem para o desenvolvimento de questões operacionais do cotidiano (como fazer um empréstimo), sem muitas críticas aos processos de endividamento. Nesse caso, os objetivos de aprendizagem são: analisar situações de contratação e implicações futuras na realização de empréstimos e financiamentos; conhecer e analisar os produtos e serviços bancários disponíveis e suas respectivas taxas de juros; conhecer a função do Sistema de Proteção de Crédito (SPC); e aplicar o planejamento financeiro de modo a evitar o endividamento (Paraná, 2023a, 2023c).

Já na proposta da Educação Financeira para a Cooperação, das escolas de assentamento e acampamento, carrega, em um primeiro momento¹, preocupações em conceituar elementos da economia com uma perspectiva histórica e, em um segundo momento, elucidar pontos positivos do crédito para a aquisição recursos tecnológicos na produção de alimentos. Para exemplificação, um dos objetivos de aprendizagem é: “compreender e analisar as formas de juros, relacionando com endividamento no campo e o impacto na comunidade local, a fim de auxiliar na tomada de decisões conscientes e colaborativas em sua realidade” (Paraná, 2023b, p. 54).

Destacamos que, nas escolas do campo e das ilhas, o crédito é apresentado como consequência do endividamento, que é o objeto de conhecimento, e, para tal, mobiliza os objetivos de aprendizagem que não contemplam reflexões críticas. Em contraste, o que se observa nas escolas de assentamento e acampamento é uma sequência em torno do crédito, buscando compreender sua relação com a mais-valia, em uma perspectiva histórica das relações entre Estado e crédito.

Como apresentado nos exemplos sobre empreendedorismo, crédito e aspectos históricos ligados à educação financeira, a abordagem presente na unidade curricular Educação Financeira, das escolas do campo e das ilhas, é bastante diferente da abordagem de Educação Financeira para a Cooperação, das escolas de



assentamento e acampamento. Nos documentos referentes às escolas do campo (Paraná, 2023a) e às escolas das ilhas (Paraná, 2023c), predomina uma perspectiva neoliberal e conservadora; enquanto no documento referente às escolas de assentamento e acampamento (Paraná, 2023b), predomina uma perspectiva crítica, que visa a transformação da sociedade – o que vai ao encontro da proposição da Educação do Campo.

Por fim, com relação às habilidades descritas nos documentos, é importante mencionar que as habilidades do Novo Ensino Médio do Paraná são organizadas em quatro eixos, sendo estes: Investigação Científica; Processos Criativos; Empreendedorismo; e Mediação e Intervenção Sociocultural.

Apresentamos, no Quadro 3, as habilidades que constam nos documentos. Assim como com relação aos conteúdos, não há diferenças entre as escolas do campo e as escolas das ilhas; por essa razão, apresentamos de forma conjunta.

Quadro 3 – Habilidades das unidades curriculares

		Escolas do Campo/ Escolas das Ilhas	Escolas de Assentamento e Acampamento
	Unidade curricular	Educação Financeira	Educação Financeira para a Cooperação
Habilidades	Eixo Investigação Científica	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais. (EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.	(EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais. (EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. (EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.



	Eixo Processos Criativos	<p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>	<p>(EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p> <p>(EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.</p>
	Eixo Mediação e Intervenção Sociocultural	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>	<p>(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.</p> <p>(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.</p>
	Eixo Empreendedorismo	<p>(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p> <p>(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.</p>	



Nas ementas das escolas do campo e das escolas das ilhas, observamos a presença de todos os quatro eixos de habilidades, porém, na ementa de “Educação Financeira para a Cooperação”, das escolas de assentamento e acampamento, o eixo Empreendedorismo não está presente.

Este é um ponto que chama a atenção, visto que o tema do empreendedorismo aparece nos conteúdos das unidades curriculares – tanto de “Educação Financeira”, das escolas do campo e das escolas das ilhas, quanto de “Educação Financeira para a Cooperação”, das escolas de assentamento e acampamento.

Como discutimos anteriormente, porém, os vieses são completamente diferentes. De fato, contemplar as habilidades desse eixo iria no sentido contrário da proposta de “Educação Financeira para a Cooperação”, já que as habilidades colocam o foco do sucesso financeiro no indivíduo (empreendedor): “Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais” e “realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade” (Paraná, 2023a, p. 21).

Em uma análise conjunta das habilidades e objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e conteúdos a elas relacionados, é possível verificar que as unidades curriculares das escolas do campo e das escolas das ilhas trazem elementos que contribuem para o fortalecimento de uma ideologia neoliberal, ainda que as habilidades descrevam algo distinto.

Por exemplo, para a 2ª série do Ensino Médio, prevê-se o desenvolvimento da habilidade do eixo Mediação e Intervenção Sociocultural EMIFCG07: “Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis” (Paraná, 2023a, p. 24). Para tal, o objeto do conhecimento abordado é “Faça o dinheiro trabalhar por você”, sendo tratados conteúdos relacionados a fundos de investimento, criptomoedas, investimento em imóveis e em agropecuária. Não está claro, porém, de que modo esses conteúdos contribuem para o desenvolvimento coletivo e cooperativo.

Diferentemente, na unidade curricular de “Educação Financeira para a Cooperação”, essa mesma habilidade (EMIFCG07) relaciona-se com o objeto do conhecimento “Aspectos econômicos na produção de alimentos”, vinculado aos seguintes conteúdos: “Agricultura camponesa e produção de alimentos”, “Formas, aspectos e organização econômica e financeira da produção de alimentos” e “A economia de mercado capitalista e os seus impactos na forma de produzir alimentos, na sociedade e no meio ambiente” (Paraná, 2023b, p. 54). Aqui, a habilidade está coerente com os conteúdos, levando em conta os aspectos sociais, culturais e ambientais, “incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis” (Paraná, 2023b, p. 54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar criticamente e comparativamente as ementas das unidades curriculares que tratam da educação financeira em três modalidades do Novo Ensino Médio do estado do Paraná que contemplam a Educação do Campo: escolas do campo; escolas das ilhas; e escolas de assentamento e acampamento. Mais especificamente, nos seguintes itens: objetivos, conteúdos e habilidades.

Os resultados foram: (i) as propostas de educação financeira para escolas do campo e para escolas das ilhas são muito semelhantes; (ii) nas escolas do campo e nas escolas das ilhas, a unidade curricular chama-se “Educação Financeira”, enquanto nas escolas de assentamento e acampamento, “Educação Financeira para a Cooperação”; (iii) as propostas para as escolas do campo e escolas das ilhas têm abordagem neoliberal e conservadora, enquanto a proposta para as escolas de assentamento e acampamento é crítica, explicitando aproximação com a Educação do Campo, ao contrário das outras duas; (iv) os objetivos e as habilidades das



unidades curriculares das escolas do campo e das escolas das ilhas não são coerentes com os conteúdos abordados – estes de viés neoliberal.

Com esta pesquisa, foi possível notar, por um lado, divergências entre a proposição da Educação do Campo, oriunda dos movimentos sociais camponeses, e o currículo de educação financeira destinado a grande parte das escolas do campo do estado do Paraná, contempladas nos documentos destinados a escolas do campo e escolas das ilhas. Por outro lado, vê-se aproximação entre os pressupostos teóricos da Educação do Campo e da unidade curricular “Educação Financeira para a Cooperação”, das escolas de assentamento e acampamento. Vale ressaltar que é evidente o protagonismo do Setor de Educação do MST na proposição deste documento curricular – seja pelos nomes dos redatores e colaboradores ou pelo próprio conteúdo do material.

A partir desta pesquisa, indicamos a necessidade de outras que abordem a implementação dessas propostas nas práticas das escolas, as condições para sua efetivação, os materiais disponibilizados aos professores e a realização (ou não) de formação continuada para tal.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2002
- APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- APPLE, M. W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 46, p. 606-644, set./dez. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 dez. 2010.
- BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 fev. 2017.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- DUVOISIN, L. A. A. Educação financeira, imperialismo e financeirização. *Revista Estudos do Sul Global*, v. 1 n. 1: A atualidade do imperialismo e a luta de libertação dos povos, 2021, p. 191-200.
- FARIAS, A. M. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, p. 1-24, jul. 2022.
- MENDES, A. A. P.; HORN, G. B.; REZENDE, E. T. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. *Roteiro*, v. 45, p. 1–24, 2020.
- MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. Em *Aberto*, Brasília, 2011, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.



- MST [MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA]. Escola Itinerante: Plano de Estudos. Cascavel: Unioeste, 2013.
- MUNARIM, A. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., 2008, Caxambu. Anais... Caxambu, 2008, p. 1-17. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2023.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos: Educação do Campo. Curitiba: SEED, 2008.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: SEED, 2006.
- PARANÁ. Secretaria da Educação. Caderno de Itinerários Formativos – Educação do Campo – Escolas do Campo. Curitiba: SEED, 2023a. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/nem_caderno_campo1.pdf. Acesso em 29 de abril de 2023.
- PARANÁ. Secretaria da Educação. Caderno de Itinerários Formativos – Educação do Campo – Escolas de Assentamento e Acampamento. Curitiba: SEED, 2023b. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/nem_caderno_assentamento_acampamento_campo1.pdf. Acesso em 29 de abril de 2023.
- PARANÁ. Secretaria da Educação. Caderno de Itinerários Formativos – Educação do Campo – Escolas das Ilhas. Curitiba: SEED, 2023c. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/nem_caderno_escolas_ilhas1.pdf. Acesso em 29 de abril de 2023.
- PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Instrução Normativa Conjunta DEDUC/DPGE/SEED nº 011, de 16 de dezembro de 2020. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-01/instrucaonormativa_112020_curriculoem.pdf. Acesso em 29 de abril de 2023.
- PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Caderno de Itinerários Formativos 2022: ementas das unidades curriculares ofertadas em 2022. Curitiba: SEED, 2022.
- PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. Referencial curricular para o Ensino Médio do Paraná. Curitiba: SEED, 2021. v. 1.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.
- SACHS, L.; FERRAIOL, T. F. Educação entre latifúndios: algumas contradições. ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação, v. 4, n. 2, p. 140-153, jul.-dez. 2022.